
O ARTIGO 273.º, N.º 4, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA E A ACTUAL MISSÃO POLÍTICA
DAS FORÇAS ARMADAS
(Apontamento de teoria constitucional)

O ARTIGO 273.º, N.º 4, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA E A ACTUAL MISSÃO POLÍTICA
DAS FORÇAS ARMADAS

(Apontamento da teoria constitucional)

A Constituição da República Portuguesa, que entrou em vigor em 25 de Abril de 1976, possui características que a tornam um objecto interessante de investigação jurídico-constitucional. Independentemente dos juízos de valor a fazer sobre ela, enquanto obra jurídica e produto de uma decisão política, a importância teórica da nossa actual Lei Fundamental resulta em boa medida do facto de as vicissitudes da sua gestação e das circunstâncias históricas em que foi preparada lhe atribuírem aspectos inéditos em relação a textos correspondentes de outros países situados na mesma zona político-cultural e no mesmo grande universo jurídico — o do Ocidente do Continente europeu.

Uma das «originalidades» da Constituição da República Portuguesa reside na definição das «Funções» das Forças Armadas (FFAA) e, concretamente, na que se inclui no n.º 4 do artigo 273.º: «As Forças Armadas Portuguesas têm a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo.»

Este objectivo, imposto constitucionalmente às FFAA, não faz parte daquilo a que se costuma chamar as «missões tradicionais dos Exércitos». A análise desta disposição (que pelas razões atrás descritas assume foros de preceito inovador) reveste-se da maior importância, não só porque para a delimitar falta ao intérprete a possibilidade de utilizar um método de tipo comparativo, como também porque tal disposição se insere no centro das normas constitucionais situadas no espaço de crise que esse texto inegavelmente possui com uma dimensão superior à habitual em documentos similares.

Realmente a nossa Constituição, desde logo por ter sido elaborada num período hiper-político, como sempre o é uma época de mudanças revolucionárias, é em boa parte um texto polémico, quase que no sentido etimológico do termo. Longe de ser a resultante — como armistício — de vectores diversificados, ela está alimentada por uma corrente anímica em que o conflito e a tentativa de aproveitar a conjuntura revolucionária para moldar o futuro sobrelevam a vontade de harmonizar, para que a duração seja assegurada pelo acordo.

Como se verá adiante, a crença voluntarista em uma perenidade assegurada por textos e por declarações programáticas e de intenção política provocou o contrário do desejado, e isso desde muito cedo.

Zonas significativas da Constituição estão a sofrer os embates da realidade constitucional em constante mutação e o texto começa a tornar-se num espartilho demasiado apertado para ter condições de fácil sobrevivência. O artigo 273.º, n.º 4 é, em nossa opinião, um dos casos exemplares desta situação especial. Poder-se-á mesmo afirmar que se trata de um artigo que poucos meses depois da promulgação da Constituição de que faz parte já estava a ser corroído e, nessa medida, nele se concretizou de forma pioneira aquilo a que alguns especialistas de Teoria da Constituição chamam «modificações tácitas».

A seguir se irá tentar clarificar, com base nos mecanismos analíticos da Teoria da Constituição, a problemática do referido artigo, para se concluir, afinal, que ainda que a interpretação do texto permita definir com suficiente precisão o sentido de tal norma, ela «caíu em desuso», devendo hoje considerar-se derrogada.

A interpretação das normas constitucionais

Para o correcto tratamento do tema é forçoso começar por interpretar a norma jurídico-constitucional que o mencionado artigo 273.º, n.º 4 constitui. So depois de se alcançar um perito e unívoco conhecimento do seu real sentido se poderá dar o passo seguinte, isto é, indagar dos efeitos que a mutante realidade constitucional nele provocou.

Antes porém forçoso se torna que, de passagem, algo se aduza sobre a interpretação das normas constitucionais. Realizar essa interpretação é afinal interpretar normas jurídicas, mas não se pode concluir a partir desta evidência que tal tarefa possa fazer-se apenas de acordo com os elementos que habitualmente se utilizam na interpretação de normas jurídicas ordinárias, sem que outros elementos e outras ponderações sejam chamados à colação.

Não é possível que o intérprete se refugie numa mera hermenêutica, em que o texto seja considerado de um modo estático, sem referências que extravasem a habitual consideração — através de uma focagem sensível aos interesses em presença — dos elementos literais, lógico-sistemático, teleológico e histórico. Uma Constituição é afinal a expressão jurídica de um projecto colectivo de vida de uma dada comunidade. Sem deixar de ser uma «expressão jurídica», é expressão ou resultado de decisões políticas fundamentais em recíproca interacção. Para além de zonas marginais e «técnicas», a Constituição é uma e não outra, porque no processo da sua gestação a correlação de forças políticas existente levou a que as soluções constitucionais se «organizassem» de uma certa forma.

Bastaria isto para que a interpretação do texto constitucional tivesse de passar sempre por uma análise global e estruturada das orientações políticas prevalecentes no órgão constituinte, muito em

especial quando ele foi — como entre nós — uma Assembleia política e formada por um processo democrático representativo.

É assim que a interpretação constitucional, sem deixar de ser interpretação jurídica, tem de ser norteadada por considerações de ordem política — não só por se tratar de um texto «politicamente decidido», como também por ser um documento sempre saturado de significado político.

Mas não é só por isso que a interpretação se tem de fundamentar numa análise politicamente sustentada, isto é, que tenha em atenção os complexos de forças em relação e as contraposições fundamentais daí resultantes. Essa necessidade decorre, ainda, de que a Constituição é o quadro geral que dá uma lógica unitária a todo o sistema normativo razão pela qual as normas constitucionais têm uma vocação natural para se adaptarem à fluidez da realidade social. Mesmo quando os legisladores históricos quiseram encerrar o futuro, como aconteceu com os Constituintes de 1975, sempre a força da realidade social e a dinâmica da vida política se acabam por impor.

Daí que interpretar uma constituição e as suas normas seja também considerar em relação activa, por uma lado uma força — mais ou menos visível — vinda da época da criação do texto constitucional, e que pretende assegurar uma leitura histórico-subjectiva da Constituição, funcionando como freio interpretativo; e, por outro lado, uma força dinâmica correspondente à nova panóplia de poderes dominantes no momento em que a aplicação da Constituição está a ser feita, para a qual importa realçar os vectores de adaptabilidade.

De interpretação «evolutiva» ou de um critério «evolutivo» de interpretação falam alguns constitucionalistas para acolherem a inevitável referência às novas leituras correspondentes à modificação da correlação de forças em presença, por referência às existentes no momento de criação das normas. Mas como a interpretação de normas constitucionais tem de ser, apesar de tudo e como já se disse mais atrás, interpretação jurídica, a capacidade de enquadrar por via interpretativa as «aspirações» dos novos poderes em constelação tem limites. Sob pena de se desvirtuar todo o sentido de «interpretar», guindando-se o intérprete a «criador», há que reconhecer que existem limites para, em sede interpretativa, dar relevo a modificações profundas que se tenham gerado no universo mutável da realidade político-social.

Em casos como estes, isto é, quando a discricionariedade que o intérprete constitucional possui alcança os seus limites sem que tenha sido possível captar de um modo aceitável a evolução e as transformações constitucionais, tem de se concluir — sem dramatismos — que uma dessintonia real ocorre entre o disposto no texto constitucional e a realidade viva da prática constitucional, imposta ou auto-imposta. Perante uma situação como essa, o texto constitucional entra forçosamente em crise. Entra em crise ao menos num plano jurídico, por-

que no plano político é sempre possível sofismar os problemas com uma adaptação abusiva do sentido ou significado do texto, que passará a ser usado sem que lhe corresponda um conteúdo mínimo.

Mas na dimensão jurídico-constitucional a única conclusão a extrair, se a mutação incomportável em sede interpretativa se mantiver de forma estável e duradoura, é a de que uma alteração constitucional se impôs, apesar de e contra os mecanismos fixados para a revisão constitucional. Estamos caídos no campo das «modificações constitucionais tácitas» ou «trânsitos constitucionais».

O sentido geral da Constituição da República Portuguesa

A ocorrência de situações relevantes deste tipo não é muito vulgar em países com uma tradição constitucionalista e inseridos no espaço geopolítico da Europa Atlântica. Realmente, na generalidade dos países deste espaço, as constituições não só admitem formas relativamente facilitadas de revisão constitucional (o que evidentemente é uma poderosa válvula de escape para o risco de excessiva diferença de pressão política entre texto e realidade constitucional), como também — o que é muito mais importante — os textos constitucionais foram em regra elaborados sem que se reflectissem excessivamente no seu interior as contradições político-ideológicas existentes na Sociedade política. São formas de consenso nacional, definem e sistematizam o património comum entre as várias forças, o que é facilitado desde logo pelo menor grau de politização das sociedades, como é natural em «sociedades abertas» não sujeitas a crises de identidade. Finalmente, as constituições europeias são pouco tributárias de períodos de mutações revolucionárias e, nessa medida, não estão tão sujeitas a que modificações acentuadas na correlação de forças na sociedade política se processem e venham a reflectir nelas.

Daí que os especialistas de teoria constituconal dêem habitualmente maior relevo à temática da interpretação constitucional do que à das alterações ou modificações constitucionais que extravasam do poder de revisão, que é aliás, como se sabe, em regra um poder vinculado ou um poder constituinte de segunda linha. É que os momentos críticos podem com maior ou menor facilidade ser solucionados por apelo a uma interpretação constitucional, entendida da forma ampla que atrás se esboçou.

A Constituição da República Portuguesa, no entanto, não tem as características que atrás se pressupuseram. Produzida em período revolucionário, e por isso mesmo muito influenciada pelas constantes correntes que das ruas subiam para o hemiciclo de S. Bento, ela foi também elaborada por homens sujeitos a uma excessiva pressão de uma atmosfera anarquizante no plano social, confusa no campo ideológico e em geral com os fermentos deletérios da desagregação institucional. Sem que seja possível abordar aqui, ainda que apenas de

passagem, a problemática das «revoluções» e da «revolução portuguesa», sempre se dirá que é impossível que uma obra jurídica se realize com um rigor mínimo em épocas revolucionárias, épocas em que os factos brutos e irreduzíveis a valores, a moleculização do Poder, a anomia, são as constantes indestrutíveis num universo de inconsciência. A Constituição portuguesa reflecte, por isso, a crença ingénua (quase se diria milenarista), mas profundamente natural em épocas como essas, de definir o futuro, nada de essencial sendo deixado à futura espontaneidade das relações sociais (¹). Para o recordarmos, bastaria lembrar o caso limite do «Projecto de Aliança Povo-MFA», onde se definia um projecto constitucional paralelo ao de S. Bento com uma evolução prevista para um prazo de vinte anos. Ou, também, lembrarmos as várias constituições elaboradas durante a Revolução Francesa, qualquer delas sonhada como eterna panaceia, cada uma delas condenada a soçobrar ao fim de um ou dois anos.

Acresce que, no que se refere a zonas muito significativas, entre as quais se inclui a matéria do Título X, da Parte III (Forças Armadas), a Constituição resultou de um «Pacto» celebrado entre o Conselho da Revolução, como expressão política das Forças Armadas, e os órgãos directivos dos partidos políticos, no fundo entendidos como «expressão institucionalizada do povo» pelo critério dos «cidadãos activos», critério esse bem revolucionário. Tal solução, típica da fase revolucionária que terminou em 25 de Novembro de 1975, foi uma consequência «post-mortem» de tal período: os fenómenos jurídico-políticos com frequência acontecem depois de terminado o período histórico com que mais se relacionam.

Mas tendo resultado de um Pacto, a Constituição portuguesa — mais do que qualquer outra — aproxima-se bastante da concepção lassaliana, ao menos enquanto é uma lei fundamental tributária em grau absoluto das alterações da realidade constitucional (²). De facto a Constituição teve uma origem contratualista no que se refere à organização do poder político e, concretamente, às Forças Armadas. As várias forças políticas com expressão eleitoral e representação na Assembleia Constituinte aceitaram um conjunto de soluções, depois transferidas para a Constituição, negociadas com as Forças Armadas (quase se diria que em autogestão) através do Conselho da Revolução.

Daqui decorre, como se disse atrás, que o teor da resistência dessas zonas constitucionais às mutações de conteúdo político-ideo-

(¹) «Segundo a Constituição não se pode deixar à espontaneidade da Sociedade Portuguesa a solução do futuro do País. Há um objectivo claro, indismutável, (...): a sociedade democrática e Socialista» (Gen. Vasco Gonçalves, entrevista concedida ao *Diário de Lisboa*, 14/9/77).

(²) Quanto à concepção de Lassalle, veja-se por exemplo Prof. Doutor Rogério Soares, *Constituição*, 1972, p. 9.

lógico, nomeadamente no interior das Forças Armadas, é muito baixo, pelo menos muito mais baixo do que se as soluções encontradas o fossem por um processo normal de poder constituinte de base representativa. Em política e em matéria jurídico-constitucional as opções tomadas por unanimidade padecem de um vício congénito, pois têm o estigma do artificial: na natureza não há unanimidade.

Significado do artigo 273.º, n.º 4, da Constituição

O processo revolucionário português passou pelo interior das Forças Armadas ou, mais do que isso, teve nelas o cenário privilegiado do seu desenvolvimento. Os motivos desta originalidade são diversos e para aqui indiferentes. Mas, no que importa ao problema em análise, daí decorre que as várias «linhas» que foram dominando sucessivamente as Forças Armadas tinham, para além do que as dividisse, algo de comum: era aos militares que competia, ao menos, definir as missões e as funções das FFAA. E até ao 25 de Novembro de 1975 a ideia de «protectorado» militar sobre a sociedade civil revestia politicamente foros de truísmo (*).

O II Pacto MFA-Partidos, que foi a matriz da Constituição na matéria da organização do poder político, plasmou a «Lei Constitucional das Forças Armadas Portuguesas» (correspondendo o artigo 273.º, n.º 4, à primeira parte do terceiro parágrafo da Base II), promulgada no rescaldo dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 — Lei 17/75 de 26/12/75. Num plano de realidade política, cuja importância para a interpretação constitucional já foi frisada, tal Lei Constitucional correspondeu a um acordo entre os sectores das FFAA «interessados no socialismo», que se polarizavam à volta da maioria dos membros do chamado «Grupo dos 9» e os outros sectores «interessados na disciplina» e na normalização hierárquica.

Ao ser integrada na Constituição, tal norma deverá ser enquadrada em função dessa origem, mas também tendo em vista toda a perspectiva global da Constituição, nomeadamente no que se refere à definição do conceito de «socialismo».

Ora, da Constituição da República analisada sistematicamente há que concluir ser ela o projecto de organização do País na fase

(*) Um exemplo, entre muitos, tirado de uma entrevista concedida pelo então Cap. Vasco Lourenço ao *Século Ilustrado*, algum tempo após os acontecimentos de 11 de Março: «Se o MFA verificar que o seu Programa e a opção socialista para a sociedade portuguesa que foi feita estão a ser atraçoados, pois... teremos de fazer outra revolução.

— Mesmo passado o período de transição?

— Mesmo passado o período de transição.»

transitória que antecede o «socialismo». Os legisladores constitucionais impuseram esse objectivo final que aliás é um limite material para posteriores revisões constitucionais [artigo 290.º, f)]. E o socialismo é, no quadro da nossa Lei Fundamental, um conceito suficientemente unívoco e que decorre da conjunção das disposições constitucionais constantes dos «Princípios Fundamentais» (sobretudo dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 9.º e 10.º) e da Parte II («Organização Económica»). Trata-se de uma concepção de socialismo tributária da perspectiva ideológica marxista, em que a insistência é feita na «apropriação colectiva dos principais meios de produção», no «desenvolvimento das relações de produção socialista», na definição do sector nacionalizado da economia como sector prioritário, no carácter meramente subsidiário e sujeito a um termo final da «iniciativa privada».

Note-se que tais são os componentes da «fase de transição para o socialismo», de que a Constituição pretende ser a organização jurídica. Como decorre do artigo 89.º da Constituição e dos trabalhos preparatórios, a existência de três sectores de propriedade de meios de produção, é uma característica do período transitório e não do período final. A estatização (que se pretende acompanhada de «socialização») é o resultado final da fase de transição.

Dentro da lógica da Constituição a vontade popular é juiz do ritmo da transição, mas não dos objectivos últimos. A fase de transição poderá ser mais ou menos lenta, mas não pode significar uma modificação da direcção do processo. Está-se aí perante aquilo a que a teoria constitucional chama um «limite transcendente», ao menos nas intenções dos constituintes. Daqui decorre inexoravelmente que às FFAA competirá não só assegurar que a transição para o socialismo se processe de forma pacífica e em que a vontade popular possa determinar o ritmo da evolução, como também que elas terão de actuar positivamente e com decisão contra qualquer tentativa de modificação do objectivo e, nessa medida, da direcção real do processo de evolução. Por outras palavras, se a concreta evolução política do País deixar de se orientar afinal para o socialismo, terão de realizar as intervenções indispensáveis à correcção do processo. Podia por isso o Major Melo Antunes afirmar (*), em declarações a uma agência noticiosa húngara, que «as Forças Armadas, a quem constitucionalmente compete, pelo artigo 273.º da Constituição, a defesa e garantia da marcha para o socialismo», deverão funcionar como «fermento» de um projecto de defesa da Constituição com o sentido finalista atrás mencionado.

Quer dizer, através da utilização de mecanismos interpretativos inicialmente referidos, há que concluir que a Constituição da República Portuguesa atribui às FFAA, entre outras, a missão da assegurar de

(*) *Jornal Novo*, de 2/5/77.

um modo activo a criação e a manutenção das condições para que após uma fase de transição — actualmente em curso — o País possa entrar numa fase nova de «socialismo» pleno. As FFAA não competirá sobrepor-se à vontade popular na definição do ritmo do processo de transição e das suas etapas, mas devem opor-se a que, sob pretexto de recuos tácticos (esses possíveis), se subverta a ordem de finalidades constitucionais e, repete-se, dentro delas a intenção final de criação do socialismo. Daí que se afirme, em sectores que terão como limite político o General graduado Vasco Lourenço, que «o apartidarismo não poderá ser cego» (*), precisamente porque as FFAA têm a missão a que se vem fazendo referência.

Se nos mantivermos numa estrita posição de intérprete estático da Constituição e do seu artigo 273.º, esta terá de ser a conclusão a retirar. É que, para além de tudo o mais, a Constituição Portuguesa auto-assume-se como uma lei fundamental rígida, num duplo sentido. Rígida, porque com finalidades claramente determinadas, em que nada de essencial é deixado à espontaneidade popular. Rígida, ainda, porque são definidos mecanismos de revisão muito condicionados em relação ao habitual, ainda que se não possa esquecer que «a função do poder de revisão não é fazer constituições mas, exactamente, o inverso: guardá-las e defendê-las, propiciando a sua acomodação a novas conjunturas» (**).

É por ser assim que não tem total razão o General Vasco Lourenço, quando afirma que a defesa da Constituição é um dever das FFAA, «enquanto, através de um acto perfeitamente democrático, o povo português não decidir modificar a sua própria Constituição» (†). Em boa lógica interpretativa a adaptação da Constituição a novas correlações de forças tem limites e um deles é precisamente o da transição para o socialismo, mais atrás explanado.

O máximo a que se poderá chegar, através de uma interpretação das normas constitucionais, com apelo ao critério «evolutivo», é à consideração de que as FFAA, hoje, garantem «a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo» se não realizarem intervenções políticas. Atenta a correlação de forças existente, designadamente nas FFAA, a inacção política será a forma de não prejudicar esse escopo. Mas tal interpretação exigirá (exigiria?) que se admitisse que deixado o sistema social entregue a si próprio ele irá funconar sem se afastar do rumo que constitucionalmente lhe está imposto.

(*) Editorial de *Baluartes*, segundo *O Dia*, de 9/10/77.

(**) Dr. Lucas Pires, *O Problema da Constituição*, 1970, p. 71.

(†) Editorial de *Baluartes*, cit., segundo o *Diário Popular*, de 30/7/77.

A missão política das FFAA Portuguesas, hoje

Perante este quadro interpretativo estático, isto é, em face do resultado a que se chegou analisando o n.º 4 do artigo 273.º, *como se ele tivesse existência constitucional*, depara-se o intérprete constitucional com a necessidade de averiguar quais têm sido as perspectivas dominantes a nível da hierarquia superior das FFAA, *maxime* do Presidente da República, Comandante Supremo das FFAA e Presidente do Conselho da Revolução (artigo 123.º), do Vice-CEMGFA e dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos.

E essa indagação é forçosa, precisamente porque, com base nos artigos 274.º, n.º 3 e dos artigos 146.º a 148.º, em especial, há que concluir que se vive em Portugal num sistema diárquico no qual, ao contrário do que é normal nos países do Ocidente europeu, as FFAA dependem de um órgão soberano próprio e, nessa medida, são independentes do poder civil. E a indagação deve ser feita através dos órgãos políticos referidos, porque a realidade constitucional provocou uma alteração de sentido de parte das funções do Conselho da Revolução, em especial das militares, transformando-o tendencialmente num órgão consultivo e não tanto num órgão soberano.

A primeira constatação a fazer, após uma análise tão minuciosa quanto possível das tomadas de posição pública das entidades enumeradas, é de que nunca produziram — ao agirem no desempenho das funções político-militares e nessa qualidade — qualquer referência ao «socialismo», à transição para o socialismo ou às funções de garantia de tal transição que incumbiriam às FFAA, apesar de regularmente definirem o que entendem por missões das FFAA.

Dir-se-á que uma simples omissão não tem efeitos de carácter constitucional. E assim poderia pensar-se. Mas, e este é o segundo aspecto a realçar, sempre que enunciaram as missões constitucionais das FFAA fizeram-no em termos tais que obrigam a que se considere o objectivo do artigo 273.º, n.º 4 com não subsistente, dado que realçam funções que são incompatíveis, formal e substancialmente, com ele.

É assim que o CEMGFA, ao dar posse ao General Lemos Ferreira como CEMFA, afirmou: «Há que reconduzir definitiva e adequadamente as Forças Armadas à sua missão histórica: defender sempre e só os interesses nacionais, garantir as instituições resultantes da vontade livremente expressa e soberanamente repetida através do voto» (*). Ora, «defender sempre e só os interesses nacionais» é incompatível, num plano de princípios e num plano jurídico-formal, com ter o dever de defender a transição para o socialismo. É este um objectivo, cujo valor é mais ou menos discutível, cujo mérito é mais ou

(*) *Diário Popular*, de 10/1/77.

menos de enaltecer (não está aqui em discussão o problema das vantagens ou inconvenientes do «socialismo», como é evidente), mas que obviamente se reveste de carácter contingente e que pode noutra conjuntura, ou por hipótese até nesta, entrar em conflito com o «interesse nacional». É a «conjunturalidade» do escopo do artigo 273.º, n.º 4 resulta acrescida se recordarmos que é muito discutível que realmente a transição para o socialismo constitua ainda agora um limite material para o poder de revisão.

É ainda o Presidente da República que, na posse do General graduado Loureiro dos Santos como Vice-CEMGFA, enumera de forma exaustiva o que entende que é a «missão constitucional» das FFAA: «garantir a independência da Nação, a unidade do Estado, a integridade do território, assegurar as condições para o regular funcionamento das instituições democráticas» (º). Ao que Loureiro dos Santos respondeu: «As Forças Armadas são, exactamente, o último garante da existência na sociedade portuguesa da esquerda e da direita, esta é, *presentemente* [sublinhado meu], a sua missão histórica: garantir a sobrevivência da democracia» (º). E por isso poderia mais tarde o mesmo General afirmar que «a instituição militar poderá afirmar-se como elemento estabilizador da sociedade democrática» (10), no fundo aquilo que Lucas Pires designou por «classe média formal» (11).

No mesmo sentido o General Lemos Ferreira referiu, em entrevista à ANOP (12), que «a Força Aérea, como componente da instituição militar, poderá contribuir tanto mais para a manutenção das condições indispensáveis a um processo político de livre escolha dos cidadãos, na proporção inversa em que não incorrer em possíveis ingerências».

Quer dizer, as autoridades político-militares são unânimes no entendimento da missão actual das FFAA como elemento estabilizador e criador de condições de democracia formal e não como elemento activo, «fermento» ou sequer «catalizador» do processo de transição para o socialismo. No entendimento actual, a missão política das FFAA é «garantir a sobrevivência da democracia» e não garantir a «transição (...) para o socialismo».

De um giro copernicano se poderá pois falar. E, como no tempo de Galileu de nada serve procurar forçar os factos para os ajustar a perspectivas pré-conceituais. O que é indiscutível é que o início do processo de modificação constitucional que aqui se aborda se poderá centrar politicamente na entrada em funções do actual Presidente da República ou no momento em que assumiu a chefia suprema das FFAA.

(º) *O Dia*, 7/4/77.

(10) Editorial de *Baluartes*, segundo o *Jornal Novo*, de 14/9/77.

(11) *Nação e Defesa*, n.º 2, p. 37.

(12) *A Capital*, de 11/10/77.

Modificação constitucional tácita ou golpe de Estado constitucional?

O observador colocado num prisma jurídico-constitucional depara neste momento lógico com um problema. Realmente, como se viu, a interpretação do artigo 273.º, n.º 4 não permite interpretá-lo de forma minimamente compatível com o entendimento que a nível de órgãos de soberania se concretizou quanto às missões das FFAA ⁽¹³⁾. E o problema é o seguinte: Será que Portugal vive, há cerca de ano e meio, em «golpe de Estado» institucionalizado? Ou será que a norma do artigo 273.º, n.º 4 caiu em «desuso», foi revogada de forma tácita pela influência determinante da nova realidade constitucional?

A figura do «golpe de Estado constitucional» é uma figura jurídico-política existente, mas com um quadro etiológico bem definido. E desde logo é inaplicável à situação em apreço, pois, dada a origem pactícia da parte da Constituição em que se insere a disposição normativa em estudo, não poderá falar-se de «golpe de Estado» constitucional, quando todos os «parceiros» constitucionais o não denunciam. Acresce que os textos constitucionais têm sempre a regê-lo o princípio do «mínimo prejuízo» e não existem «golpes de Estado» constitucionais parciais e parcelares. Insistir nessa tese seria considerar que toda a Constituição da República Portuguesa em vigor terá deixado de existir, caindo-se no domínio dos puros factos não legitimáveis constitucionalmente sem uma ruptura jurídica, que não aconteceu como é domínio público. Tal conclusão, para além de ser obviamente excessiva como retrato da realidade é, também, altamente oposta ao interesse que exista em considerar a Constituição em vigor.

Se não é aceitável concluir que as perspectivas atrás citadas das autoridades político-militares, com a aceitação tácita dos restantes órgãos de poder, delimitem o âmbito de um «golpe de Estado», então só uma conclusão resta possível: está-se perante uma «modificação constitucional tácita» ou uma «transição constitucional». O texto não foi alterado, não houve (nem podia haver, por enquanto) qualquer processo formal de revisão constitucional, mas apesar disso o artigo 273.º, n.º 4 não se pode considerar vigente, com o sentido que teria de possuir a estar em vigor.

E se o intérprete não pode erigir-se em legislador constitucional, utilizando processos interpretativos extra-jurídicos e baseados em critérios de oportunidade, não pode recusar revelar em sede interpretativa as conclusões decorrentes do facto de uma «modificação tácita» ter ocorrido, ainda que no momento logicamente anterior lhe fosse

⁽¹³⁾ Note-se que nem a Assembleia da República, nem o Conselho da Revolução, nem o Governo, seja por que forma fosse, se opuseram a essa evolução, antes a convalidaram pela não intervenção, dado que lhes compete a defesa da Constituição.

impossível extrair da concreta norma a solução que a realidade constitucional tenha imposto ⁽¹⁴⁾.

A dedução a fazer pelo intérprete é pois que actualmente a missão das FFAA expressa no artigo 273.º, n.º 4 deu lugar, no campo estrito da missão política das FFAA, à de garantir a sobrevivência do regime democrático na medida em que essa garantia for compatível com a defesa da soberania nacional, da unidade do Estado e da integridade do território. Ou, por outras palavras, a Constituição Portuguesa respondeu por essa adaptação ao facto das FFAA terem recuperado o equilíbrio interno suficiente para se transformarem numa realidade institucionalmente adequada ao desempenho das missões tradicionais e naturais dos Exércitos na forma em que de um modo geral no nosso tempo e no nosso espaço geopolítico são desempenhadas.

Para além disso importa notar que a conclusão tirada sobre a modificação do artigo 273.º, n.º 4 não pode ser entendida como utilização de processos elaborados em sede de teoria constitucional para «subverter» a actual Constituição. Antes pelo contrário; num plano jurídico-constitucional — que é aquele em que se situa este estudo — só dessa forma, isto é com apelo à teoria das «transições constitucionais» é possível aliviar a tensão a que está sujeito o texto da Lei Fundamental em grau bastante para evitar o «sobreaquecimento» do Sistema e as consequências daí decorrentes. E que não serve de nada tentar ajustar os factos a intenções e a «defesa da Constituição» não se faz, por definição, negando os factos de conteúdo constitucional, em nome de uma (deficiente) «compreensão» da Constituição, cega aos ensinamentos da teoria constitucional e irredutível às emanções do tecido da sociedade viva.

Mas a importância deste tema resulta ainda de a partir dele se poderem extrair conclusões sobre o sentido global da Constituição e designadamente sobre o sentido actual do poder de revisão e dos seus limites materiais e até formais. O que, evidentemente, não pode ser feita a partir de meras extrapolações e, por isso, não poderá ser tentado aqui e agora.

De qualquer modo a importância científica deste tema é em boa medida a de introduzir muito concretamente a problemática da relação entre uma constituição rígida e uma realidade constitucional pós-revolucionária e, por isso, altamente mutável, entre o resultado jurídico das marés revolucionárias e uma Sociedade que vai regressando à normalidade que se segue à aventura. E a circunstância de a generalidade dos países europeus não oferecer condições para uma análise semelhante porque, como já se disse, não só as constituições não são tão fechadas e finalistas, como a realidade constitucional

⁽¹⁴⁾ Cfr., por exemplo, A. Pensovecchio Li Bassi, *L'Interpretazione delle norme costituzionali*, 1972, p. 146 em particular.

é mais estável e a correlação de forças na Sociedade é menos fluída, tal circunstância permite que entre nós sejam aplicados os ensinamentos da teoria constitucional, num plano prático e com uma dimensão talvez rara. No fundo uma Constituição cientificamente não modelar mostra ter um interesse científico elevado, de que o tema abordado será apenas um exemplo. Não é só no campo das ciências médicas que os fenómenos patológicos são indispensáveis à investigação.

José Miguel Alarcão Júdice

(Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, advogado e analista político e Membro da Direcção da Secção Portuguesa da Comissão Internacional de Juristas).